

## UM LUGAR PARA O MOVIMENTO COOPERATIVO

Walter Frantz<sup>1</sup>

Elza Maria Fonseca Falkembach<sup>2</sup>

Anderson Vinicius Branco Lutzer<sup>3</sup>

2013

### Introdução

No mundo atual, grande parte dos seres humanos está submetida a uma globalização de lógica econômica capitalista. Nesse contexto, verifica-se uma acentuada tendência ao individualismo. Porém, também se podem observar iniciativas pela via da organização cooperativa. Diante disso, pergunta-se se ainda há lugar para movimentos cooperativos? Ainda faz sentido cooperar, quando o discurso vai pela afirmação da individualização, da competição, da concorrência, pela via da sujeição do trabalho à lógica do capital? Pode a organização cooperativa como expressão de um poder social vir a ocupar um lugar de comunicação a respeito de práticas de produção e distribuição de bens, e, assim, contribuir com a discussão sobre possibilidades de resistência ou de alternativas à exclusão social? Pode o movimento cooperativo contribuir para com a construção de novos caminhos na economia, novos laços sociais, nova cultura na política? São perguntas provocadoras, isto é, questões que inquietam a quem sempre identificou no movimento cooperativo possibilidades de inserção na luta social por uma sociedade mais acolhedora e humanizadora. O texto não tem a pretensão de produzir respostas; quer contribuir com a reflexão sobre os desafios atuais ao movimento cooperativo.

Diante do fracasso dos grandes sistemas políticos e econômicos da modernidade, a humanidade atual vive um processo de profundas mudanças e transformações políticas e econômicas. A crise<sup>4</sup> dos grandes sistemas econômicos – capitalismo e socialismo – permite interpretar que não há proposta política, atualmente, em termos globais, que permita inspirar confiança em direção ao futuro. Essa ausência está muito relacionada com a decepção política, o fracasso econômico e social dos dois sistemas. Apesar do sucesso da

---

<sup>1</sup> Professor da UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Professora da UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>3</sup> Aluno Bolsista PIBIC/CNPq do Curso em Direito, UNIJUI.

<sup>4</sup> O termo crise indica para um estado de transformação, isto é, indica um processo de questionamento, de rompimento de um *status quo*.

economia de mercado capitalista, em termos sociais, os seus resultados podem ser considerados frustrantes. Do mesmo modo, o fracasso das experiências de economia socialista, centralmente planejadas, resultou em decepção. Em conseqüência, quando se trata de um olhar para o futuro, a humanidade está confrontada com imensos desafios.

Identificar e compreender os desafios desse processo histórico, construir meios de atuação, inserir-se e agir sobre ele, tornam-se urgentes tarefas postas a cada ser humano, seja individualmente ou coletivamente. No entanto, surge a pergunta: o que fazer e como fazer? Acreditamos poder incluir entre os desafios o reexame do princípio cooperativo nas relações econômicas. Os seres humanos, sem sombra de dúvida, parecem postos diante do desafio de construir um novo paradigma de orientação para a humanidade, especialmente, com relação às questões sociais e ambientais. Impõe-se a necessidade de construção de uma alternativa em novas bases culturais, sociais, políticas e econômicas para uma grande parte da humanidade.

Nesse sentido, apesar da complexidade desafiadora, busca-se contribuir com a discussão sobre possibilidades e/ou limites do movimento cooperativo em processos sociais, no sentido de constituir novas relações sociais, especialmente, no campo da economia, isto é, através dos mecanismos de coordenação da produção e da distribuição de seus resultados, com prioridade, junto às populações ameaçadas de exclusão.

### **O cenário da crise**

Hoje, apesar do grande avanço do conhecimento, da ciência e da tecnologia, em âmbito planetário, vive-se um quadro de graves contradições, em termos sociais e naturais. As contradições se expressam em desemprego, pobreza, exclusão social, violência e em degradação do ambiente natural. A ciência foi convertida em força produtiva a serviço mais do capital do que do trabalho. Dados apontam que cerca de 20% da humanidade usufrui 80% das riquezas produzidas (MARTIN, SCHUMANN, 1998), resultando em imensos desafios à humanidade, em todos os níveis e campos da organização humana: da economia ao meio-ambiente.

De acordo com Bauman (2005, p. 11),

À medida que o progresso *tecnológico* oferece [...] novos meios de sobrevivência em habitats antes considerados inadequados para o povoamento, ele também corrói a capacidade de muitos habitats de sustentar as populações que antes acomodavam e alimentavam. [...] o progresso *econômico* faz com que modos efetivos se tornem inviáveis e impraticáveis, aumentando desse modo o tamanho das terras desertas que jazem ociosas e abandonadas.

Esse cenário permite afirmar que estamos diante de uma crise dos grandes sistemas modernos de organização social que têm sua expressão na experiência capitalista e na experiência comunista. Ao falar sobre capitalismo e socialismo, Bartoli (1996, p. 19) escreve: “Nem um nem outro se mostrou capaz de encaminhar o universo econômico e social [...] para um tal estado que a opção a favor da vida seja a pedra angular da organização econômica e social [...]”. Como consequência grande parcela da humanidade vive uma crise pela frustração com o capitalismo, frente aos seus resultados sociais. Vive uma crise pela decepção com a revolução socialista do século XX. Isto é, necessita de novos caminhos, de alternativas.

O ápice da crise parece ser o fato de que uma sociedade mais justa e acolhedora para todos não cabe na ordem do sistema-mundo capitalista. Escreve Maréchal (2000, p. 11), ao falar da economia de mercado globalizada, que “não obstante uma riqueza em crescimento tendencial e cujo nível absoluto nunca foi tão elevado, as sociedades de economia de mercado mostram-se incapazes de impulsionar uma dinâmica de progresso proveitosa para todos”. Esses aspectos são, especialmente, visíveis nos países periféricos, mas também com reflexos nas sociedades dos centros hegemônicos da economia mundial (BAUMAN, 2005).

Tudo indica que para a maioria da população, hoje, é cada vez mais seletivo o caminho da competição pelo mercado de concorrência capitalista. A lógica do capital se afirmou como motivação para a produção e a distribuição dos bens e das riquezas. Em razão disso, para grande parte da população é cada vez mais difícil a inserção na economia capitalista, diretamente. A racionalidade econômica capitalista é seletiva e excludente. Segundo Bauman (2005, p. 25), “para qualquer um que tenha sido excluído e marcado como refugio, não existem trilhas óbvias para retornar ao quadro dos integrantes”. A economia capitalista está cada vez mais fundada nas tecnologias de ponta e não no trabalho humano. Como consequência disso se estabeleceu um complexo processo de exclusão

social. “A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência [...]” (BAUMAN, 2005, p. 14).

Essa situação, certamente, constitui uma profunda crise e da qual brota um dos maiores desafios à humanidade, hoje: construir novos e alternativos caminhos à reconstrução da dignidade de vida para grande parte dos seres humanos. Ou essa luta perdeu sentido, atualmente, recolocando a idéia do fim da história?

A ausência de um projeto global de sociedade para a maioria da população, entretanto, abre espaço para o desafio da construção de um novo projeto de sociedade, ainda que seja como uma “utopia criadora” de alternativas. A globalização predominante hoje é a da competição, imposta de cima para baixo e é modelada pelos interesses corporativos das grandes empresas multinacionais e pelos interesses geopolíticos dos países ricos e fortes. No entanto, é possível também perceber uma globalização cooperativa - nascida da finitude geográfica do planeta, das dificuldades de inserção econômica pela competição, do desenvolvimento dos conhecimentos e de sua aplicação às condições de vida. É uma globalização que deve ser construída por indivíduos e sociedades, à medida que se tornam sujeitos ativos e conscientes, pessoal e coletivamente, do seu próprio desenvolvimento (SANTOS, 2001).

Dessas constatações podem nascer perspectivas de atuação; lugares sociais podem ser construídos no campo da política, no campo da economia, abrigando novas relações sociais, embasadas no associativismo, na cooperação. Enfim, o cenário da crise constitui possibilidades de lutas sociais em favor de alternativas que contemplem a valorização do trabalho.

### **O desafio de novos caminhos**

Certamente, essa é uma *tarefa* desafiadora para gerações e que passa pelo campo da cultura, da política e da economia. É uma tarefa a ser construída pela ação-reflexão, através de um processo participativo e democrático, a partir da experiência humana acumulada. Trata-se de um processo que deverá ter como núcleo político-pedagógico a reação à

dimensão individualista e consumista pelo resgate da dimensão associativa e cooperativa da vida em todas as suas formas: das questões ambientais às questões da economia.

A história revela que os seres humanos, frente ao risco da exclusão social, voltam-se aos mecanismos associativos e cooperativos, especialmente, diante de problemas de ordem material (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). O cooperativismo parece exercer uma especial atração no momento das dificuldades sócio-econômicas. Parece estar por detrás dessa opção também uma consciência implícita do risco social histórico que a humanidade enfrenta, diante da herança que a economia industrial produziu em termos sociais, políticos, econômicos e ambientais. A afirmação de uma consciência crítica, sem dúvida, é o primeiro passo para ver crescer uma nova oportunidade de organização para uma grande parcela da humanidade. Atualmente, a partir do avanço das tecnologias de comunicação e da consciência política em efervescência, é possível apostar, inclusive, em uma globalização em bases cooperativas, socialmente sustentável e eticamente aceitável.

Organizar uma cooperativa é buscar mudar relações de poder, especialmente, na esfera econômica, relações com o mercado. Porém, certamente, isso implica em profundas mudanças na concepção, organização e funcionamento da sociedade atual. Os cooperantes precisam se descobrir como sujeitos históricos, isto é, constituir-se atores do processo social de desenvolvimento político da sociedade. Por isso, um dos maiores desafios atuais parece ser a capacitação para reagir à dimensão individualista e consumista pelo resgate da dimensão comunitária e cooperativa.

Hoje, frente ao contexto de exclusão social, muitas são as iniciativas de reação que têm origem na história do movimento cooperativo, tais como as organizações de economia solidária (SINGER, SOUZA, 2000). A sociedade contemporânea *em rede* (CASTELLS, 1999) recoloca a possibilidade da questão da cooperação para a economia e as demais dimensões da vida. A cooperação retorna como uma estratégia de organização, em seus termos mais amplos, tanto entre empresas como entre países. A cooperação ganha importância na economia e na política.

No cenário socioeconômico atual, pode-se aceitar a hipótese de que, hoje, existe uma revalorização do movimento cooperativo como capacidade de reação e organização da sociedade civil, diante dos desafios que a evolução social e as políticas sociais e econômicas lhe impuseram. O cooperativismo se reafirma como espaço de organização e instrumento de atuação de diferentes grupos sociais, com sentido e objetivos econômicos específicos. Certamente, trata-se de um reflexo da compreensão do novo papel que a sociedade civil poderá exercer, no contexto das instituições e organizações.

Aqui, cabe perguntar se esse resgate da cooperação abre lugar ao movimento cooperativo como um caminho alternativo à construção de um novo paradigma cultural, político e econômico na convivência social? Qual poderia ser o poder do movimento cooperativo no processo de desenvolvimento de novas relações econômicas e de estruturas sociais mais compatíveis com uma sociedade democrática e sustentável?

No sistema-mundo capitalista a organização cooperativa, de modo predominante, tem um caráter instrumental. Porém, a organização cooperativa contém também a possibilidade do movimento anti-sistêmico no sentido de recolocar o trabalho humano como sendo a centralidade do processo de produzir e distribuir os bens e riquezas. Historicamente, essa foi uma das expectativas de muitas iniciativas do movimento cooperativo, desde o século XVIII e XIX (VESTER, 1975).

Para Wallerstein (2006, p. 30), desde a metade do século XIX, "quem buscava ir além dos limites estruturados pela burguesia mundial recorreu a uma terceira instituição, os movimentos". Esses movimentos foram a terceira e última inovação institucional do sistema-mundo pós Revolução Francesa, segundo ele, precedida pela institucionalização das ideologias e das ciências como bases institucionais da sociedade moderna. Afirmaram-se os movimentos sociais como esforços políticos de transformação da ordem institucionalizada do sistema-mundo capitalista.

No entanto, os movimentos, embora apelassem a valores universais, não se constituíram em estruturas mundiais que levassem à revolução, isto é, à superação do

sistema-mundo capitalista. Especialmente, o movimento cooperativo foi instrumentalizado pela lógica do sistema-mundo capitalista, subtraindo-lhe a força criadora de alternativas, especialmente, em sociedades periféricas a esse sistema. A força crescente dos movimentos anti-sistêmicos, segundo Wallerstein (2006, p. 30), não apenas provocou a repressão, mas também a tentativa de suprimir esses movimentos, mediante concessões e cooptação, seja pelo seu enquadramento "legal", por parte do poder dominante, ou pelo aliciamento de seus quadros dirigentes.

No caso do movimento cooperativo, em função das necessidades, interesses e aspirações de seus associados, no contexto de uma economia de consumo atraente, as estruturas operacionais de cooperação foram, facilmente, inseridas no sistema de poder dominante, com algumas vantagens para seus integrantes. O movimento cooperativo teve dificuldades para se afirmar como ideologia e poder de um novo sistema-mundo, tendo sido reduzido a um instrumento operacional do sistema hegemônico, seja em termos culturais, políticos ou econômicos.

Entretanto, no cenário da economia de mercado capitalista, a organização cooperativa, além desse caráter instrumental para garantir um lugar nas relações econômicas, poderia implicar também um lugar para a cultura do humano e não apenas do capital? Sob uma perspectiva otimista, poderia o movimento cooperativo ocupar um lugar no processo de construção de uma rede de responsabilidade social, de atuação social responsável, com dimensões globais, a partir da perspectiva de quem está excluído das vantagens das economias centrais, isto é, da perspectiva das periferias do núcleo dinâmico da economia capitalista? Poderia estar no espaço da cooperação - em termos de políticas econômicas, sociais e ambientais - uma oportunidade de sobrevivência da humanidade que, segundo Morin (1998), está na encruzilhada por uma opção pela catástrofe ou pela transformação de suas práticas destruidoras das condições de vida no Planeta Terra? Seria a cooperação dos excluídos uma nova oportunidade para o encaminhamento de soluções para tantos problemas sociais que ainda acompanham a maioria da humanidade, ao final de tanto tempo de economia, fundada na concorrência, na individualidade e nos interesses do capital?

## **Novos desafios ao cooperativismo?**

Diante do cenário de dificuldades e desafios contemporâneos, pode-se identificar o movimento cooperativo como força social a ganhar lugar na economia da população. O cooperativismo pode se afirmar como um lugar de comunicação a respeito de práticas de produção e distribuição de bens, a partir do qual se podem construir novos caminhos na economia, solidariedade e reciprocidade nos laços sociais, na cultura e na política. Através do cooperativismo, pode-se buscar, cada vez mais, a afirmação da natureza plural da economia: uma economia não apenas atrelada à lógica do capital, mas às necessidades e interesses dos seres humanos.

As organizações cooperativas podem ser reconhecidas, especialmente, como expressão das ações locais de desenvolvimento. Porém, mais que o local, a organização cooperativa carrega dentro dela a força política que permite recolocar o ser humano não o capital, no centro da dinâmica da economia. Aliás, esse foi seu sentido histórico (VESTER, 1975).

Entretanto, essas são potencialidades que dependem também muito da vontade política dos sujeitos envolvidos da qual pode nascer um movimento social em favor de mudanças e transformações. Essa visão implica o reconhecimento da supremacia da política sobre a economia, especialmente, recolocando-se a discussão sobre o lugar e o papel do cooperativismo, na sociedade.

A prática cooperativa é uma questão, fundamentalmente, econômica. Porém, torna-se uma questão política, social e cultural, na medida em que assume essa importância econômica, seja para seus associados, ou seja, para a sociedade em geral. Diante dessa concepção, abrem-se as práticas cooperativas à educação popular, entendida como um processo de conscientização e politização dos associados, de ação e reflexão.

Torres (2008, p. 22) define a educação popular como

un conjunto de prácticas sociales y elaboraciones discursivas em El ámbito de La educación cuya intencionalidad es contribuir a que los diversos segmentos de las clases populares se constituyan em sujetos protagonistas de una transformación de la sociedad em función de sus intereses y utopias.

Por sua natureza social, certamente, as organizações cooperativas podem se tornar espaços de educação, de aprendizagem e de construção de poder, condições necessárias para o enfrentamento das condições adversas do rápido e profundo processo de transformações, especialmente, no mundo do trabalho. Por seu sentido sociológico o movimento cooperativismo pode ser uma reação local com significado político pela constituição de novos atores sociais. As dimensões culturais e políticas das práticas cooperativas contribuem para que as mesmas também possam conter uma pedagogia que conduza à criação da *sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade em sua metamorfose para um novo nascimento*, de acordo com a expressão de Morin (1998). Entretanto, há que se reconhecer também o risco de ver o cooperativismo reduzido a instrumento do capital e não do trabalho, incorporado à lógica do processo de acumulação capitalista.

#### **Fontes bibliográficas:**

**BARTOLI**, Henri. A economia, serviço de vida. Crise do capitalismo, uma política de civilização. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

**BAUMAN**, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

**CASTELLS**, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

**FRANÇA FILHO**, Genauto Carvalho de; **LAVILLE**, Jean-Louis. A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

**MARÉCHAL**, Jean-Paul. Humanizar a economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

**MARTIN**, Hans-Peter e **SCHUMANN**, Harald. A Armadilha da Globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social. Lisboa – Portugal: Terramar, 1998.

**MORIN**, Edgar. Sociologia. A sociologia do Microsocial ao Macroplanetário. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

**SANTOS**, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 7ª Ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

**SINGER**, Paul; **SOUZA**, André Ricardo de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

**TORRES**, Alfonso. La educación popular. Trayectoria y actualidad. Bogotá: Editorial El Buho, 2008.

**VESTER**, Michael. Die Entstehung des Proletariats als Lernprozess. Die Entstehung antikapitalistischer Theorie und Praxis in England 1792-1848. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1975.

**WALLERSTEIN**, Immanuel. Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do Século XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.